

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XIX Jornada de Extensão

## **ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: PERCURSO HISTÓRICO<sup>1</sup>** **INITIAL READING INSTRUCTION AND LITERACY: HISTORIC ROUTE**

**Jordana Perkoski Dumke<sup>2</sup>, Diva Quatrin De Lima<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida na disciplina Didática da Alfabetização do Curso de Graduação em Pedagogia da Unijuí, sob a orientação da Professora Mestre Lídia Inês Allebrandt.

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Graduação em Pedagogia da Unijuí, jordanadumke@hotmail.com.

<sup>3</sup> Aluna do Curso de Graduação em Pedagogia da Unijuí, divaquatrin@hotmail.com.

### **INTRODUÇÃO**

A educação é um dos fatores mais importantes para a construção de uma sociedade democrática, desenvolvida e socialmente justa. É condição básica e direito fundamental da cidadania. A educação como ato crítico radical, de conhecer para transformar, será a única garantia de valorização do ser humano. O domínio da língua, nas diferentes vertentes da palavra escrita e falada, da leitura e da oralidade, é crucial nos mais variados domínios da vida individual e coletiva. Não há cidadania nem competência profissional plenas sem um domínio robusto da língua portuguesa. Ao longo dos anos a alfabetização tem sido alvo de inúmeras controvérsias teóricas e metodológicas, exigindo que a escola e os educadores se posicionem em relação às mesmas. Essas mudanças nas práticas de ensino podem ocorrer tanto nas definições dos conteúdos a serem desenvolvidos quanto na natureza da organização do trabalho pedagógico. Hoje o desafio maior é "como alfabetizar letrando". O objetivo do presente trabalho é discorrer sobre a necessidade de não haver uma dicotomia entre os conceitos de alfabetização e letramento, mostrando como estes processos se constituem e caminham juntos em prol da formação de crianças alfabetizadas e letradas no contexto das práticas sociais.

### **METODOLOGIA**

Ao longo do semestre, inúmeras leituras, reflexões e discussões acerca destas foram consolidando alguns pensamentos sobre os conceitos de alfabetização e letramento, e as concepções e conceitos pesquisados geraram diálogos no grande grupo, repercutindo em abordagens sobre as práticas pedagógicas já realizadas, elucidando o exercício da práxis educacional, uma vez que repensamos as teorias que estavam sendo estudadas, a luz das práticas e situações pedagógicas já experienciadas, possibilitando a construção de saberes específicos e pedagógicos sobre o fazer docente. Nesta caminhada de construções de saberes, ganhou destaque o estudo de alguns autores como Emilia Ferreiro, Magda Soares e Luiz Carlos Cagliari.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao inventar a escrita o homem também fez surgir a necessidade de que ela continuasse a ser usada e passada para as novas gerações. Através da utilização de marcas, desenhos e sinais o homem começou a construir a história da escrita. Segundo Zatz (1991, p. 13), escrevemos "[...] para mostrar o que pensamos e sentimos; para dar avisos; fazer contas; de tal que forma que nossos pensamentos, sentimentos, informações e dados possam durar".

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XIX Jornada de Extensão

De acordo com os fatos comprovados historicamente, a escrita surgiu do sistema de contagem feito com marcas em cajados ou ossos, e usados provavelmente para contar o gado, numa época em que o homem já possuía rebanhos e domesticava os animais. Esses registros passaram a ser usados nas trocas e vendas, representando a quantidade de animais ou de produtos negociados. Para isso, além dos números, era preciso inventar os símbolos para os produtos e para os proprietários. (CAGLIARI, 1998, p. 14)

Conforme destaca Ferreiro (1995, p. 43), “[...] a escrita não é um produto escolar, mas sim um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade”. Por excelência, a escrita é produto cultural. Segundo Tfouni (2002, p. 10), “o processo de difusão e adoção dos sistemas escritos pelas sociedades antigas [...] foi lento e sujeito, é óbvio, a fatores político-econômicos”. Desde sua origem, a escrita está associada as relações sociais e, conseqüentemente, aos jogos de poder e dominação. Portanto, ela também está atrelada ao desenvolvimento social, cognitivo e cultural dos povos.

A partir da década de 1970, com a democratização da escola pública, acentuaram-se os índices de fracasso escolar, o que levou a disseminação da ideia de que esta situação alarmante estava relacionada a marginalização de determinadas camadas sociais. Diante disso, vivenciamos mudanças históricas orientadas por novos modelos sociais que passaram a demandar a leitura e a escrita. Visando a expansão da alfabetização, as práticas escolares de leitura e escrita enfatizavam o processo de “decodificação” através de diferentes métodos de ensino e que até hoje se fazem presentes em algumas escolas. Todavia, a prática alfabetizadora, cujo método consiste em desmontar palavras em sílabas e sílabas em letras para depois montar outras palavras, a partir dos pedaços de uma palavra-chave, na visão de Cagliari (1998) e de diversos outros autores, configura-se como uma forma de adestramento para a simples codificação e decodificação da escrita, o que acarreta defasagens na aprendizagem.

Buscando novas alternativas de ensino, os professores buscavam não utilizar o método de cartilha, todavia, na prática a metodologia seguia visando a aprendizagem do código escrito. Essa metodologia além de desconsiderar os conhecimentos das crianças, também não enfatizavam o uso social da leitura e da escrita. Conforme acrescenta Cagliari (1998, p. 65), “[...] alunos que são submetidos a um processo de alfabetização seguindo o método das cartilhas (com livro ou não), são alunos expostos exclusivamente ao processo de ensino”.

A maneira como as cartilhas lidam com a fala e a escrita confunde as crianças uma vez que passa a ideia de que a linguagem é uma ‘soma de tijolinhos’ representados pelas sílabas e unidades geradoras. Ora, as crianças aprenderam a falar de outra maneira e, portanto, para elas a linguagem apresenta-se como um todo organizado de maneira muito diversa daquela que a escola lhes mostra. No fundo, as cartilhas deixam de lado toda a trama da linguagem, ficando apenas com o que há de mais superficial. (CAGLIARI, 1998, p. 82)

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XIX Jornada de Extensão

Por muito tempo vivemos em um cenário distorcido acerca da alfabetização, onde acreditava-se que os alunos ingressavam na escola sem conhecimentos sobre a escrita, portanto, cabia ao professor “transmitir” a língua já pronta. Diante disso, buscavam-se métodos mais eficazes para ensinar a ler e escrever, que envolviam os sintéticos, analíticos e analítico-sintéticos. Tais métodos se baseavam na concepção de decodificação e codificação da leitura e escrita e o aprendizado do código alfabético se dava por meio do ensino transmissivo das unidades da língua.

Na década de 1980, a grande retenção dos sujeitos na 1ª série acarretou críticas às práticas de alfabetização baseadas em métodos sintéticos e analíticos. Surgem então estudos acerca da psicogênese da escrita, que embasados nas teorias crítica e interacionista, visam romper com a concepção de que a alfabetização, longe de ser a apropriação de um código, envolve um complexo processo de elaboração de hipóteses sobre a representação linguística.

A célebre obra *Psicogênese da Língua Escrita* (1985) de Emília Ferreiro e Ana Teberoski evidencia que o aprendizado do sistema de escrita é um processo cognitivo complexo e conceitual, ou seja, as crianças constroem diferentes ideias sobre a escrita, resolvem problemas e elaboram conceituações. As autoras propuseram uma concepção de língua escrita como um sistema alfabético, demonstrando que a escrita alfabética não era um código, o qual se aprenderia a partir de atividades de repetição e memorização. Por meio de pesquisas concluíram que os alunos precisariam entender como esse sistema funciona e que a escrita alfabética representa os sons das partes das palavras.

É inegável a importância da apropriação do sistema alfabético de escrita, mas a inserção social do leitor no mundo da escrita deve ter continuidade com intervenções didáticas sequenciadas e pautadas nos diferentes gêneros discursivos, visando à formação do leitor crítico. Em uma entrevista de Soares (2004) a autora defende que, para a adaptação adequada ao ato de ler e escrever, “[...] é preciso compreender, inserir-se, avaliar, apreciar a escrita e a leitura”.

Acredita-se que a alfabetização é um dos processos, da educação formal, mais importantes na vida do ser humano, já que ele, desde que nasce, insere-se numa sociedade letrada e interage com a linguagem escrita, lendo e buscando compreender o mundo à sua volta. Segundo Cagliari (1998, p. 104), “[...] alfabetizar é ensinar a ler e a escrever [...] O segredo da alfabetização é a leitura”. Ele enfatiza que no processo de alfabetização é primordial ensinar o aluno a decifrar a escrita e, em seguida, a aplicar esse conhecimento para a sua produção escrita.

Em síntese, alfabetização em seu sentido restrito, designa, na leitura, a capacidade de decodificar os sinais gráficos, transformando-os em sons, e na escrita, a capacidade de codificar os sons da língua, transformando-os em sinais gráficos. Esse conceito também foi gradativamente evoluindo, até a década de 1940 a pessoa considerada alfabetizada era aquela que sabia ler e escrever, servindo como comprovação da resposta a capacidade, ou não, de assinatura do próprio nome. Assim, alfabetizar não se reduzia ao domínio das primeiras letras, envolvia também saber utilizar a língua escrita nas situações em que esta é necessária.

Segundo Soares (1998), o conceito de alfabetização foi sendo progressivamente ampliado em razão de necessidades sociais e políticas, a ponto de já não se considerar alfabetizado aquele que apenas domina as habilidades de codificação e decodificação, mas aquele que sabe usar a leitura e escrita para exercer uma prática social em que a escrita é necessária.

Visando abranger essa nova dimensão da entrada no mundo da escrita, em 1986, Mary Kato, na

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XIX Jornada de Extensão

obra *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, cunhou um novo termo de alfabetização, a palavra letramento. A partir da década de 1990 o conceito de letramento foi incorporado através de discursos que enfatizam a importância de se considerar os usos e funções da escrita com base no desenvolvimento de atividades significativas de leitura e escrita. No Brasil, o termo letramento não substituiu a palavra alfabetização, mas associou-se a ela.

Segundo Soares (1998), o termo letramento é a versão para o português da palavra de língua inglesa literacy, que significa o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Para esta, quem é letrado assume uma postura, utilizando os mecanismos construídos pela nova condição no seu grupo social, ou seja, apreende e faz uso em seu cotidiano.

O letramento envolve tanto a assimilação das técnicas para a alfabetização, quanto esse aspecto de convívio e hábito de utilização da leitura e da escrita. É o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita, ou seja, uma pessoa letrada é aquela que não só sabe ler e escrever, mas também faz uso competente e frequente da leitura e da escrita. Segundo Soares (2000, p. 1) “[...] se uma criança sabe ler, mas não é capaz de ler um livro, uma revista, um jornal, se sabe escrever palavras e frases, mas não é capaz de escrever uma carta, é alfabetizada, mas não é letrada”.

Soares (2004) propõe uma distinção entre os termos alfabetização e letramento. O primeiro corresponderia à ação de ensinar/aprender a ler e a escrever, enquanto o segundo seria considerado como o estado ou a condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita.

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado. (SOARES, 1998, p. 47)

Como mostra Soares (1998, p. 40), “[...] o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita”. Nesse sentido, um indivíduo alfabetizado não é necessariamente letrado, pode-se alfabetizar letrando, ou seja, embasado no contexto social em que atual.

Alfabetização e letramento não são processos sequenciais, ou seja, é equívoco pensar que um vem depois o outro, como se o letramento fosse uma espécie de preparação para a alfabetização, ou então, como se a alfabetização fosse indispensável para o início do processo de letramento. Todavia, alfabetizar requer um procedimento específico e sistemático de ensino das capacidades linguísticas da alfabetização.

Colello (2004, p. 88) afirma que “[...] ensinar a linguagem escrita significa compreender esse sistema de representação nos seus usos, nas suas modalidades e necessidades”. A autora considera que “[...] as atuais práticas de alfabetização centradas na técnica e na correção da escrita parecem distantes do ideal de promover a compreensão a respeito de tal modalidade da

01 a 04 de outubro de 2018

**Evento:** XIX Jornada de Extensão

linguagem” (COLELLO, 2002, p. 89).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Alfabetizar letrando é necessário e consiste em um desafio para os professores, pois não se trata de escolher entre alfabetizar ou letrar, trata-se de realizá-los concomitantemente, pois são processos complementares e indissociáveis. Letrar significa ir além, consiste em “[...] ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais de leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se torne, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado” (SOARES, 1998, p. 47). Como educadores, se quisermos propiciar à criança a construção de conhecimentos precisamos analisar, pensar, escolher novas situações problemas não só para desafiá-las, mas para inferir cada vez mais sobre seu processo de construção de conhecimento. É necessário assegurar às crianças a apropriação do sistema alfabético-ortográfico e condições possibilitadoras do uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita. Não se trata de escolher entre alfabetizar ou letrar, mas trata-se de alfabetizar letrando.

**Palavras-chave:** Educação; Pedagogia; Anos Iniciais; Escrita.

**Keywords:** Education; Pedagogy; Initial Years; Writing.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o ba-be-bi-bo-bu**. Scipione. São Paulo. 1998.

COLELLO, Silvia Gasparian. **Alfabetização em questão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. Tradução Horácio Gonzalez (et. al.). 24 ed. São Paulo: Cortez. 1995

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Artmed, 1985.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema e três gêneros**. Belo Horizonte: Autentica, 1998.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr, nº 25, 2004.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ZATZ, Lia. **Aventura da escrita: história do desenho que virou letra**. São Paulo: Moderna, 1991.